



## ESTRATÉGIA, PODER NAVAL E SOBREVIVÊNCIA: ARGUMENTOS PARA MANTER O CANAL DO PANAMÁ

Lewis A. Tambs

*Em nosso número de SET/OUT 78, publicamos um artigo de Lewis A. Tambs, professor da Arizona State University, de Tempe, em Arizona, acerca de problemas geopolíticos da América Latina.*

*Por ocasião da grande controvérsia havida nos Estados Unidos, quando das negociações para a renegociação do Tratado do Canal do Panamá, o Prof. Tambs publicou um aprofundado estudo sobre a influência geopolítica daquele canal. Pelo valor das considerações estratégicas e políticas expedidas pelo autor, inclusive quanto à importância do canal para o Brasil, julgamos que o artigo não perdeu a atualidade, pelo que nos decidimos a publicá-lo.*

No dia 6 de junho de 1977, uma carta em mão chegou à Casa Branca. Dirigida ao Presidente Jimmy Carter, a mensagem alertava-o contra os novos acordos do Canal do Panamá e lembrava "que a perda do Canal, que seria um sério revés na guerra, contribuiria para o envolvimento dos Estados Unidos por forças navais hostis e ameaçaria nossa capacidade de sobreviver".<sup>1</sup>

Assinavam o comunicado quatro ex-Chefes de Operações Navais norte-americanos, Almirantes Thomas Moorer, Arleigh Burke, Robert Carney e George Anderson.

Presidentes e Almirantes passam, mas os imperativos estratégicos e os interesses nacionais permanecem.

A maior parte do comércio marítimo no globo passa através de quatorze principais pontos de estrangulamento:

- cinco mares interiores: Sul da China, Mediterrâneo, do Norte, da Noruega e do Caribe;
- dois canais interoceânicos: Suez e Panamá;
- sete passagens marítimas críticas: Estreitos de Málaca, Sri Lanka (Ceilão), do "Chifre da África", de Moçambique, de Gibraltar, de Magalhães e a passagem pelo Cabo da Boa Esperança;

Esses quatorze pontos de estrangulamento têm sido palco de lutas desde o século XVI, quando a Europa Ocidental iniciou sua expansão marítima. Todas as

1. *Phoenix Gazette*, de 21 Jul 1977, p A-6.

grandes potências marítimas — Portugal, Espanha, Países Baixos, França e Grã-Bretanha — lutaram pelo domínio dessas passagens.

Por volta de 1945, os antigos impérios comerciais começaram a ruir. Um novo mundo bipolar surgiu, com os Estados Unidos da América erguendo-se triunfantes. O controle e a responsabilidade pelas passagens marítimas ficaram então, com os norte-americanos. Mas a outra super-potência emergida — a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — tinha também aspirações nacionais e ideológicas.

Os Estados Unidos procuraram restringir a ambição soviética com a "Doutrina de Contenção", de George Kennan.

Contenção era, essencialmente, uma atualização da tese do "Coração do Mundo Eurasiano" de Sir Halford Mackinder, que anteviu o Poder Terrestre (Rússia) e o Poder Naval (Anglo-Americano) justapostos. Seguros de sua superioridade, tanto aérea quanto atômica, econômica, marítima e tecnológica, os norte-americanos estabeleceram uma série de alianças defensivas, cercando a base terrestre da "ilha mundial eurásiana". Protegidos pelos escudos da OTAN, OTASE e tratados de defesa do nordeste da Europa, procuraram, simultaneamente, promover progresso político, estimulando a descolonização e a democracia liberal, e gerar estabilidade econômica, pelo fomento do livre comércio e do capitalismo privado, fora dos limites da "ilha".

A Contenção era, entretanto, basicamente defensiva, atitude adequada à visão norte-americana do mundo, considerando a guerra uma anormalidade. Os marxistas, por seu turno, pensando o inverso (a guerra, e não a paz, é o normal), passaram à iniciativa.

Transpondo aquele sistema circular de alianças, os russos começaram a incrementar "guerras de libertação nacional" e a semear a subversão. Enquanto isso, ignorando as lamentações de seus parceiros, os soviéticos concentraram os vastos recursos da área vital da Eurásia na produção de armas nucleares, no desenvolvimento de indústria pesada e no avanço da tecnologia espacial. Em uma década e meia alcançaram uma situação de quase equilíbrio. A guerra atômica ficou fora de cogitações, com os artefatos nucleares e os mísseis balísticos intercontinentais considerados não operacionais. O mundo retornou, pelo menos temporariamente, aos conceitos clássicos da Estratégia e da Geopolítica, em que espaço, posição, população, recursos e aptidão para o desenvolvimento são essenciais. Os russos, em particular o Marechal de Campo V. P. Sokolovsky e o Almirante Sergei G. Gorshkov, tendo estudado e assimilado as teorias geopolíticas de Mackinder, Karl Haushofer e Alfred Thayer Mahan, optaram pela aventura imperial.<sup>2</sup>

Os detentores do "Coração do Mundo Eurasiano" deveriam desafiar os povos oceânicos fora dos limites da "ilha": os norte-americanos e seus aliados. A construção de uma frota de alto-mar e o controle das passagens marítimas emergiram como objetivo prioritário da Política Soviética.

2. V. D. SOKOLOVSKY, "Military Strategy: Soviet Doctrine and Concepts", New York, Praeger, 1963. SERGEI G. GORSHKOV, "Sea Might of the State", Moscou, Military Publishing House, 1976. Do mesmo autor, "Red Star Rising at Sea", Naval Institute Press, 1974.



Por volta de 1959, os russos, tendo feito dos Mares Negro e Báltico, verdadeiros "Mare Nostra", aceleram suas intromissões pelos cinco maiores mares interiores. Dos dois canais, Suez foi seu primeiro alvo, por proporcionar à URSS a mais curta ligação, por mares quentes, entre suas costas no Atlântico e no Pacífico, como faz o canal do Panamá em relação aos EUA.

O Panamá, apesar de não ser objetivo prioritário à época, não foi por isso negligenciado. Já em 1949, geopolíticos soviéticos escreveram sobre a Estratégia Nacional e sobre o valor do Canal. O passo tornou mais acelerado após Fidel Castro haver estabelecido no governo de Cuba.<sup>3</sup> No 23º Congresso do PCUS, levado a efeito em Moscou, de 29 de março a 3 de abril de 1966, um membro da liderança do "Partido do Povo" do Panamá, reivindicou:

- Cessar o monopólio dos Estados Unidos sobre nossa posição geográfica;
- Reintegrar a Zona do Canal ao nosso território nacional e sua transferência à jurisdição do Panamá;
- Imediata revogação do Tratado de 1903;
- Subseqüente nacionalização do Canal do Panamá.<sup>4</sup>

Os pontos de vista do "camarada Castellano" sobre o Canal foram recentemente reforçados pelo Major Sergei Yuvorov. Escrevendo em "*Estrela Vermelha*", Yuvorov destacou que "a Zona do Canal deve ser considerada prioritária pelos soviéticos".<sup>5</sup>

Os esforços soviéticos posteriores, revestidos de verdadeiro estilo colonial do século XIX, foram dirigidos sobre as setes passagens críticas: Estreitos de Málaca, Beldjão, "Chifre da África", Moçambique, Gibraltar, Magalhães e Cabo da Boa Esperança.

Entre 1959 e 1975, o mundo foi inundado por manobras políticas e diplomáticas. A República Popular da China rompeu com a URSS. Os esforços dos EUA para salvar o Vietnã do Sul e o Mar da China falharam. A Indonésia, entretanto, foi mantida. A esquadra soviética penetrou no Oceano Índico, forçando a passagem. Guerras arruinaram o Oriente Médio. O Canal de Suez abriu e fechou. De Cuba, Fidel Castro golpeou a periferia do Caribe, sendo frustrado pelo nacionalismo local pelas ações contra-revolucionárias dos EUA. Salvador Allende subiu e caiu no Chile, e com ele uma ameaça potencial para o Estreito de Magalhães. A bi-polaridade ideológica do pós II Guerra Mundial deu lugar à realidade dos superpetroleiros.

IURI N. SEMENOV, "Fashistkaia geopolitika na sluzhbe amerikanskogo imperializma", Moscou, Gospolitizdat, 1949. V. M. VENIN, "Panamá i Panamskii Kanal", Moscou, Gudarstvennoe Izdatelstvo geograficheskoi literatury, 1951. Veja, de RAYMOND G. O'CONNOR, "Force and Diplomacy: Essays Military and Diplomatic", Miami, Florida, University of Miami Press, 1971, pp 11 a 21.

"Twenty Third Congress of the Communist Party of the Society Union", Praga, Peace and Socialism Publishers, 1966, p 179.

Tradução do espanhol da Revista "Bohemia", Havana, Cuba, Agosto 1977.

Quatro nações emergiram como centros de estabilidade econômica e política em suas respectivas regiões: Japão, no Pacífico Ocidental; Irã, no Oriente Próximo; República Federal Alemã, na Europa Ocidental e Brasil, na América do Sul.

Reconhecendo a nova realidade, os EUA procuraram escorar o sistema Mackinder-Kennan, fendido na Eurásia, enquanto ao Brasil era dado um destaque especial na América Latina. Mas o mundo havia se alterado, também, de outro modo. Os repetidos fechamentos do Canal de Suez, a economia do transporte do petróleo e a crescente dependência das nações industrializadas de petróleo importado do Oriente Médio trouxeram não só advento dos super-petroleiros, mas a evolução de um novo mapa estratégico. As rotas dos petroleiros que anteriormente corriam do Oriente Médio para a Europa Ocidental e Estados Unidos pelo Mediterrâneo, corriam agora através do Oceano Índico, passavam pelo Canal de Moçambique e em torno do Cabo da Boa Esperança e subiam pelo Atlântico Sul. O mundo virava a cabeça para baixo e os soviéticos controlavam as passagens marítimas nas duas costas da África.<sup>6</sup>

Em abril de 1974 os dominós começaram a se ajustar. Portugal, visado pelos soviéticos, juntamente com Espanha e Marrocos, em seu Plano Oran, fraquejou. Moçambique e Angola foram dominados por revoluções apoiadas pelos soviéticos. Saigon caiu em março de 1975 e, com o Vietnã do Sul, foram-se o Cambódia e o Laos. Moçambique e Angola foram mais tarde empurrados para a órbita comunista, sendo, o último, por mercenários cubanos treinados pela Rússia. Os EUA, aparentemente paralisados por sua inabilidade para implantar uma democracia wilsoniana na Indochina, atordoaram-se com o fracasso de seus mecanismos para impor sua vontade às mentes dos norte-vietnamitas e, divididos internamente pela defecção da "intelligentzia", omitiram-se.

Os Estados Unidos, que se haviam erguido triunfantes em 1945, batiam em retirada em todas as partes, ao fim de trinta anos. Os principais aliados dos Estados Unidos — o Japão, o Irã, a Alemanha Ocidental e o Brasil — sensíveis à crise transcendental — trataram de salvar-se. Enquanto isso, quatro amigos íntimos dos Estados Unidos — Coreia do Sul, Formosa, Israel e África do Sul, chamados estados "párias" — temendo definitiva, senão imediata rendição, tentaram medida defensiva desesperada: a opção nuclear.

Os novos acordos com o Panamá são apenas outro exemplo do declínio do instinto norte-americano de sobrevivência, do senso de Estratégia e dos compromissos com a liberdade. Até a declaração de John F. Kennedy, de que a missão dos Estados Unidos era fazer o mundo seguro, parece estar esquecida, enquanto os regimes totalitários marxistas-leninistas, mantidos pela subversão e pelo poder marítimo soviéticos, espalharam-se pelo mundo.

6. GEOFFREY KEMP, "The New Strategy Map", em *Survival*, Londres, 19: 2 (Março-Abril de 1977), pp 50 a 59 (Publicado também em "A Defesa Nacional", 4º Trim. 77).

7. ROBERT E. HARKAVY, "The Prospect of Nuclear War in the Middle East", para a Arizona State University, de 27 Out 1977.



O cruzeiro do USS Oregon do Pacífico ao Atlântico, durante a Guerra hispano-americana em 1898, dramatizou a necessidade de um Canal americano no istmo da América Central. A viagem em torno do Cabo Horn acresceu o trajeto em 12 mil e 800 quilômetros e quase dois meses de viagem. Considerado o Cabo Horn e as Ilhas Falkland em mãos amigas, um moderno vaso de guerra navegando a 20 nós leva, ainda, 17 dias para circundar a América pelo Sul, em contraste com as 8 ou 10 horas necessárias para transpor o Canal do Panamá.

O Canal, além disso, tem proporcionado aos EUA a vantagem econômica de manter uma só frota, através da movimentação de unidades em viagem de ida-e-volta, o que é preferível a manter uma Marinha com frotas nos dois Oceanos. O valor desse conceito foi constantemente evidenciado durante a guerra do Vietnã. Em 1968, no auge do conflito, 1.504 navios do governo dos EUA utilizaram o Canal. Mesmo nos anos relativamente recessivos de 74 e 75, o número totalizou 248 e 170. Dos 176 navios de superfície, 41 dotados de mísseis balísticos nucleares e 75 submarinos de ataque a serviço da Marinha dos EUA, somente 13 grandes porta-aviões não podem transitar no Canal. A grande maioria dos navios de guerra pode fazê-lo. A necessidade de a Marinha dos EUA manter a capacidade de movimentar unidades é mais acentuada pela crescente presença de Forças-Tarefas soviéticas no Golfo do México e no Atlântico Ocidental. Tal fato é especialmente grave, considerando-se a superioridade numérica da frota soviética, que engloba 214 grandes navios de guerra, 78 com mísseis balísticos e 231 submarinos de ataque.

Na moderna guerra naval, os submarinos caçam submarinos. A URSS conta com uma vantagem numérica sobre os EUA em mísseis balísticos e em submarinos de ataque. Conta ainda com uma vantagem geográfica, pois enquanto os EUA são essencialmente uma grande massa terrestre cercada por água, a URSS é uma massa terrestre maior, cercada por água e mares gelados. Dessa forma, submarinos dotados de mísseis balísticos soviéticos, com projéteis de alcance relativamente curto, podem conservar-se afastados das costas norte-americanas e bater o continente, enquanto os submarinos norte-americanos posicionados no Pacífico Ocidental, Oceano Índico e Atlântico Norte precisam estar equipados, em contra-partida, com mísseis de longo alcance, como o POSEIDON ou o TRIDENTE. Considerando que a detecção, localização e rastreamento de submarinos dependem de sistemas sonoros subaquáticos e de sistemas magnéticos e de satélites; que sua destruição depende de aviões de caça ou de submarinos de ataque; e que o êxito no segundo teste de um interceptor soviético anti-satélite em 26 de outubro de 1977 faz perigar o sistema norte-americano de detecção de satélites, compreende-se a importância da Zona do Canal, não apenas como um suplemento do sistema de satélites com vigilância aérea padronizada mas, particularmente, por permitir a transferência interoceânica de submarinos de ataque, cooperando assim na defesa continental dos EUA.

8. "The Military Balance", 1976-1977, Londres, Institute of Strategic Studies, 1977, pp 5 a 9.  
9. "Panama Canal Company", Annual Report, 1973, Balboa Heights, C. Z., 1973, p 38.  
Ibd 1975, p 5. ADMIRAL WILLIAM RED, Atlanta, em "Phoenix Gazette", de 7 de Out de 1977, p B-13.

O lançamento dos submarinos nucleares das classes LAFAYETTE, WASHINGTON e ALLEN é básica para a atitude defensiva dos EUA. Entretanto, no parágrafo 6 do artigo IV do Acordo Executivo para a implementação do Artigo IV da proposta do Tratado do PANAMÁ, lê-se:

"Desde que a República do PANAMÁ é signatária do Tratado Latinoamericano de Desnuclearização (Tlateloco), os EUA não devem instalar qualquer tipo de armamento nuclear no território panamenho."<sup>10</sup>

A partir do momento em que a República do PANAMÁ detiver a soberania sobre a Zona do Canal, o Governo Panamenho poderá selecionar usuários e mesmo proibir o trânsito no istmo de navios norte-americanos com armamento nuclear, seis meses após a ratificação dos novos Tratados do Canal. Esse dilema confrontando frotas americanas e aliadas foi enfatizado em 31 de outubro de 1977, quando o governo egípcio recusou permissão para que o HMS DREADNAUGHT passasse pelo Canal de Suez. E tanto a "deterrence" como a defesa dos EUA dependem prioritariamente da passagem das forças nucleares submarinas da Marinha.

Os comércios externo e costeiro dos EUA também dependem do Canal.

Em 1975, mais de 16% do total do transporte marítimo comercial norte-americano utilizou aquela passagem. Além disso, as estatísticas revelam que, através dos anos, uma média constante de aproximadamente 66% de toda a carga em trânsito pelo Canal é destinada para ou de um porto dos EUA. A economia proporcionada pelo transporte marítimo para produtos em grande volume, como cereais e petróleo, é bem conhecida. Os fazendeiros do centro-oeste, que embarcam seus cereais por meio de vias interiores e pelo sistema MISSOURI-MISSISSIPPI para portos domésticos ou estrangeiros do PACÍFICO, dependem de serviços portuários baratos, devido a sua pequena margem de lucro.

Nas duas últimas décadas, os produtos agrícolas encontraram um mercado em expansão no Oriente Asiático. O JAPÃO é agora o maior mercado isolado para os produtos agrícolas norte-americanos. De um total estimado em 23 bilhões de dólares para as exportações desses produtos em 1977, aproximadamente 8,5 bilhões correspondem aos destinados à ÁSIA; desses, 4 bilhões referem-se aos destinados ao JAPÃO. Cerca de 70% dos produtos agrícolas norte-americanos exportados em 1976 para 15 mercados asiáticos passaram pelo Canal do PANAMÁ. Um quinto, portanto, de toda a exportação de produtos agrícolas norte-americanos transitou pelo Canal, naquele ano. O fechamento do Canal arruinaria muitos fazendeiros norte-americanos, devido ao aumento do prazo de deslocamento marítimo pela rota do Cabo HORN, estimado em 31 dias.

Sob administração norte-americana, os índices de aproveitamento do Canal permaneceram estáveis de 1914 a 1974. O recente incremento no trânsito de cargas

9. RICHARD L. BARKLEY, "The N Boat Standoff", National Review, 10 Jun 1977, pp 660 a 662. "Phoenix Gazette", 27 Out 1977, pp A-1, A-14.

10. "Panama Canal Treaties Nº 24", Congressional Record-Senate, 8 Nov 1977, S-19002.



tem sido decorrente da necessidade de cobrir as elevações dos custos operacionais e de manutenção.<sup>12</sup>

Os direitos de entrada, criados unicamente para cobrir gastos, não podem ser mantidos sob os novos tratados. O General OMAR TORRIJOS HERRERA, Chefe de Estado do PANAMÁ, tem declarado repetidamente que o Canal é um recurso natural e que deverá ser explorado como tal. A necessidade de TORRIJOS por divisas é certamente compreensível. A economia do PANAMÁ tem sido permanentemente deteriorada desde 1973, quando TORRIJOS perdeu o apoio dos mais significativos setores financeiros e comerciais, por suas tentativas de colocar o governo na competição com os setores privados da economia. Em outubro de 1973, os interesses dos banqueiros estrangeiros que tinham ajudado a fazer do PANAMÁ a "SUIÇA da A. LATINA", foram duramente atingidos pelos decretos restritivos e começaram a retroceder. Os programas de propriedade pública e projetos de interesse social de TORRIJOS causaram uma retração na economia. Em 1976, pela primeira vez em 25 anos, a economia panamenha registrou uma taxa nula de crescimento.<sup>13</sup>

Em face do colapso econômico, TORRIJOS se voltou para as instituições de empréstimo estrangeiras. Encorajados pelos acordos KISSINGER – TACK de 1974, que prometiam aumentar a participação panamenha nas taxas alfandegárias do Canal, os bancos corresponderam. A dívida externa do PANAMÁ, que somava 167 milhões de dólares em 1968, quando da queda do governo civil, totalizava 1,6 bilhão de dólares em meados de 1977. A maior parte desses débitos era devida aos bancos norte-americanos. TORRIJOS e seus credores precisavam de dinheiro e o Canal era a fonte de renda. Mesmo SOL LINOWITZ, ex-funcionário do MARINE-MIDLAND BANK, e, então, intermediário do Departamento de Estado, admitiu que os direitos de entrada cresceriam imediatamente de 25 a 30%, com a ratificação dos Tratados.<sup>14</sup>

Esse aumento inicial das taxas incluirá também os embarques de petróleo. O óleo da vertente norte do ALASKA já tem passado pelo Canal. Superpetroleiros de VALDEZ têm trasladado sua carga em BALBOA para petroleiros convencionais que transportam o óleo para portos americanos. Uma vez que os portos do Golfo do MÉXICO e da Costa Este dos EUA são incapazes de receber navios de 265 mil toneladas, o traslado em BALBOA tem sido a solução mais favorável. A NORTH-VILLE INDUSTRIES CORPORATION OF HUNTINGTON STATION, de NOVA IORQUE, e o Governo de TORRIJOS contrataram a construção de um depósito de óleo cru e um terminal de traslado de carga em PORTO ARMUELLES, para o óleo

11. Ibid, Tempe Daily News, 31 Out 1977, pl.

12. VICE-ALMIRANTE ALBERT E. JARREL, da Reserva da Marinha dos EUA, "The Panama Canal Controversy", para o Pacific Coast Council on Latin American Studies Annual Meeting at Arizona State University, 22 Out 1976. "Congressional Record-Senate", 27 Out 1977, F1 17951.

13. "Latin America Economic Report (London)", 5-15, 22 Abr 1977, p 59.

14. "Wall Street Journal", 24 Out 1977, p 1.

do ALASKA. Todavia, a utilização dos quatro oleodutos existentes, de 10 e 20 polegadas de diâmetro, da Marinha norte-americana, correndo através do istmo até BALBOA e CRISTOBAL, poderia provar sua adequação no suprimento da energia consumida na Costa Este, pelo menos até o oleoduto intercontinental estar concluído.<sup>15</sup>

O argumento de que o Canal é obsoleto, porque nele não podem transitar superpetroleiros, é inconsistente, pois os portos do Golfo e da Costa Este tampouco os podem receber. Além disso, navios como o SAN JUAN PROSPECTOR de 108.770 DWT e 972 pés de comprimento já passaram pelo Canal. É errada também a idéia de que o Canal já atingiu o seu limite. Atualmente o Canal opera de 30 a 40 navios por dia. A capacidade máxima é estimada em 70 navios por dia, cálculo previsto para 1990. Ainda mais, o Plano Terminal LAKE-THIRD LOCK, iniciado pelo Presidente FRANKLIN DELANO ROOSEVELT, mas interrompido em 1942, dobraria quase o número de navios que seriam operados, se estivesse completo.

A implementação do Plano Terminal LAKE-THIRD LOCK é, contudo, ameaçada pela falta de água. Uma vez que todas as comportas são alimentadas por gravidade do Lago GATÚN, a chuva na base de escoamento do GATÚN é crítica. Um informe do Departamento de Estado afirma que o desenvolvimento comercial proposto para a Zona do Canal, sob os novos tratados, "poderia afetar permanentemente as precipitações pluviométricas no divisor de águas e ameaçava os mananciais do Canal". A destruição ambiental pelo desenvolvimento comercial e econômico das terras virgens da Zona, quer para lucro privado, quer para uso coletivo, poderia comprometer não somente o futuro, mas também a operação atual do Canal.<sup>17</sup>

A acusação de que o Canal é vulnerável a ataque nuclear e à sabotagem é parcialmente correta. Nada é completamente inacessível às ogivas nucleares. Mas de fato o predominante equilíbrio do terror, essa possibilidade é mais potencial que imediata, especialmente agora, quando os soviéticos estão, de algum modo, alcançando seus objetivos através da aplicação do Poder Marítimo e da Subversão. A sabotagem pode ser minimizada através de medidas de segurança adequadas. A faixa de 5 milhas existentes em ambos os lados do Canal que abrange a atual Zona norte-americana é uma medida de segurança. Esse "para-choque" desaparecerá com a ratificação dos tratados. A aprovação de novos acordos pelo Senado não pode garantir proteção contra futuras ações de guerrilha e distúrbios civis.

Reciprocamente, a rejeição dos tratados provavelmente resultará em distúrbios civis e atividades de guerrilha de pequenos grupos. Os distúrbios podem ser dissolvidos com jatos de água ou gás lacrimogênio. Os guerrilheiros, combatidos por operações contra-guerrilha. Mas, uma vez que os EUA estivessem defendendo território que lhes pertencesse, seria simples fazê-lo. Ao contrário, seria arriscado criar nas condições da Guarda Nacional do PANAMÁ para defender o Canal. Os EUA provavelmente teriam de intervir com unidades aero-terrestres embarcadas em emer-

15. Ibid., 14 Jun 1977, p. 26.

16. "Latin America Political Report" (London), 11:41, 21 Out 1977, p. 322.

17. Ibid.



gência nos EUA, podendo ocorrer o confronto com as Forças Armadas panamenhas. A ratificação dos tratados, portanto, aumenta, mais do que diminui, a possibilidade de conflito e derramamento de sangue. Além disso, se o atual efetivo norte-americano de 9.000 homens não puder assegurar o Canal, como poderá fazê-lo a Guarda Panamenha com 7.000 homens, abatidos com a situação difícil da República? Essa situação se agrava se se considerar o confronto com 1.700.000 cidadãos, que perderam seus direitos civis, desde o golpe militar de 1968.

O problema de estruturar as FA Panamenhas está diretamente relacionado com os direitos humanos e a ditadura militar. Se a Guarda Nacional, mantida por subsídios norte-americanos e crescentes taxas alfandegárias do Canal, expandiu-se em nível apenas adequado para uma proteção policial e não uma defesa militar, não serão os Estados Unidos da América do Norte responsáveis pelo estímulo do assalto ao poder pelo povo panamenho contra um regime presentemente autoritário e repressivo?

"Liberdade de imprensa não existia desde 1968..."<sup>18</sup>, de acordo com o relato da Associação Interamericana de Imprensa de 1977. Todos os partidos políticos, com exceção do Partido do Governo "Movimento Novo Panamá" e o "Partido do Povo" (comunista de linha moscovita) foram extintos.

Desde o início, a auto-denominada "missão revolucionária" do regime militar vem tendo orientação de esquerda. Torrijos nomeou numerosos funcionários que tinham ligações comunistas. O atual vice-presidente, Gerardo Gonzalez, é um antigo marxista, enquanto Romualdo Escobar Bethancourt, o principal negociador dos tratados é "da extrema esquerda e amigo de Che Guevara".<sup>19</sup>

Dado o interesse soviético pelo Panamá, a coloração política de Escobar e a aberta admiração de Torrijos por Fidel Castro, outras nações latino-americanas estão começando a perguntar se seria prudente o retorno do Canal ao controle do Panamá.

O Brasil tem um apreciável comércio com o Extremo Oriente. Oito por cento do comércio externo do Brasil é com o Japão e a tendência é crescer. Se o canal cair em mãos hostis ao Brasil ou os direitos de portagem e trânsito forem muito inflacionados com elevação de despesas alfandegárias a nível incompatível, o Brasil e outras nações sul-americanas terão de se voltar para outras rotas.

Para o Brasil há apenas duas outras passagens para o Pacífico. Uma, contornando o Cabo da Boa Esperança; a segunda, contornando o Cabo Horn. A primeira

18. "Times of the Americas", 9 Nov 1977, p 9.

19. RAYMOND ESTEP, "A Decade of Political Change in Latin America 1963-1973" (Maxwell Air Force Base, Alabama, Air University, 1974, p 237. Veja também CHARLES BARTLET, "The Case for Delay on Panama", Washington Star, 21 Out 1977; DREW PEARSON e JACK ANDERSON em "New Government has Communist Ties", Arizona Republic 21 Nov 1968, p A-6, "Times of the Americas", 5 Jun 1971 e HAROLD K. MILKS, "Panama is Feared Target of Cubans", Arizona Republic, 13 Out 1976, p B-4.

é ligeiramente mais longa (Rio de Janeiro—Panamá—Yokahama — 13.317 milhas/9.423.753 km; Rio de Janeiro—Cidade do Cabo—Yokahama — 13.383 milhas/11.288.547 km), mas é controlada pelos soviéticos. A segunda, é "precária".<sup>20</sup> Dados os riscos do Cabo da Boa Esperança e do Cabo Horn, o Brasil, através de influência, e não de força, terá provavelmente que procurar um porto no Pacífico. Os brasileiros, como os russos, são ávidos estudantes de geopolítica. Acreditam que, desde que 70% da população mundial e 70% dos recursos naturais inexplorados do globo repousam ao longo da margem da plataforma do Pacífico que inclui o Oceano Índico, o Pacífico é o oceano do futuro. E o Brasil é uma potência emergente — um país do futuro.

Os países latino-americanos da Costa do Pacífico também estão alertas a respeito do canal, pois são tão dependentes dele quanto o Brasil. 34% do comércio marítimo do Chile passa pelo Panamá, o mesmo ocorrendo com 41% do Peru, 51% do Equador, 66% de El Salvador e 76% da Nicarágua. Todos serão prejudicados por taxas mais elevadas.<sup>21</sup> O reconhecimento latino-americano dessa ameaça às suas economias revelou-se no encontro da OEA em Granada, em junho de 1977. A resolução opondo-se a qualquer aumento nas taxas de portagem e trânsito pelo canal não ditadas pela realidade de custos operacionais e de manutenção, foi maciçamente aprovada.

O comércio mexicano será o menos afetado. Os mexicanos, no entanto, deveriam entender que, como o Canal está fugindo das mãos dos EUA, o interesse americano é intensificar o uso do Golfo da Califórnia e do Istmo de Tehuantepec.

A Argentina se encontra em situação semelhante. Como muitas outras nações latino-americanas, vinha energeticamente apoiando a posse panamenha do Canal.

Mas, à medida que se aproxima a data da decisão, a Argentina não tem estado tão certa. Pois os argentinos desejam as Ilhas Falklands, em mãos britânicas, e temem que, com a redução da soberania norte-americana na área do Canal, uma crescente presença norte-americana venha a se sentir nas Falklands e no Cabo Horn, e nenhuma dessas perspectivas é bem-vinda para a Argentina.

Vítimas de sua própria retórica, os políticos latino-americanos estão começando a encarar o Senado dos EUA como seu salvador da extorsão econômica panamenha e da pressão americana exercida sobre eles. Muitos prefeririam deixar a situação como está, pois estão cientes de sua similaridade com Suez. Poderiam dessa forma repreender os EUA e ao mesmo tempo ter seus interesses preservados.

Mas quem fala pela América? Se o Canal não é importante para o comércio e a defesa dos EUA, por que esperar até o ano 2000 para se retirar? Por que pagar ao Panamá uma estimativa de 50 milhões de dólares por ano em taxas alfandegárias adicionais do Canal e mais de 200 milhões de dólares em créditos bancários de im-

20. Entrevista com altas autoridades militares brasileiras em Agosto de 1977.

21. "United States, Panama and the Panama Canal", Council of the Americas, New York, pp 15 e 16, em Wall Street Journal, 21 Out 1977, p 14.



portação e exportação, mais de 75 milhões de dólares em garantias da AID, 20 milhões de dólares em empréstimos da Corporação de Investimentos Privados Ultramarinos (Overseas Private Investment Corporation) e 50 milhões de dólares em créditos de vendas militares? Por que não anular a dívida de 319 milhões de dólares que a Companhia do Canal do Panamá deve ao tesouro dos EUA e partir? Por que não fazer isso agora, evitando desse modo possível derramamento de sangue? Deixem aqueles que estão a favor dos novos tratados tomarem a decisão e testemunharem o resultado.

Muitos dos proponentes dos novos tratados são os mesmos que censuraram os erros dos presidentes Eisenhower, Kennedy, Johnson e Nixon pelo envolvimento dos EUA no Sudeste da Ásia. Simultaneamente a "intelligentzia" e, do mesmo modo, representantes dos grupos financeiros, sondaram esses mesmos chefes do executivo por suas administrações em relação ao Canal do Panamá. As revisões do Tratado, de 1936 a 1955, e as concessões de 1959, 63, 64, 67, 70, 73 e 74, nada mais têm provocado, entretanto, que uma escalada nas reivindicações. Será que aqueles mesmos presidentes, que supostamente seguiram uma política de falência no Vietnã, também erraram em relação ao Panamá?

O que tem aparecido é uma curiosa coalisção das novas esquerdas e elementos comerciais favorecendo aos tratados. Um grupo aparece desejando sacrificar os direitos humanos panamenhos em suas campanhas anti-imperialistas e anti-colonialistas; outro, os interesses nacionais americanos por lucro privado. Como foi recentemente observado, "os interesses comerciais dos EUA são provavelmente de incrementar seu domínio no Panamá sob o novo Tratado. Os empresários panamenhos podem fazer novas grandes fortunas, mas as companhias internacionais estarão melhor situadas para tirar vantagem da nova situação".

Os defensores dos novos tratados, nos meios comerciais, universitários e diplomáticos, afirmam que o único meio de se proteger o Canal é passá-lo ao controle do Panamá. Os panamenhos, continua o argumento, jamais destruiriam seu principal recurso natural. Torrijos tem uma visão diferente. Em 9 de maio de 1977, Torrijos, falando a repórteres na Cidade do México, disse que se as negociações falharem, a Companhia do Canal achar-se-ia "sem água, sem luz e sem gringos". Mesmo depois de iniciados os tratados, ele proclamou que "a rejeição do tratado pelo Senado conduziria a um fechamento do Canal."

Essas afirmações, combinadas com as inclinações castristas de Torrijos, não são tranquilizadoras. O General Torrijos é essencialmente um caudilho — líder carismático que é a lei ou está acima dela. Como caudilho, Torrijos está mais interessado no poder que em filosofia. Conseqüentemente, num esforço de obter apoio popular, sua posição foi inicialmente nacionalista, o que significava ser acentuadamente anti-ianque.

Torrijos também trouxe dois antigos colegas de colégio para o seu governo, que se auto-proclamaram marxistas — Juan Materno Vásquez, como secretário do Presidente e Romualdo Escobar Bethancourt, como Ministro do Trabalho. Foi forçado a derrubar esses velhos companheiros em maio de 1970, para ganhar a confian-

ça dos empresários locais, mas logo os trouxe de volta em abril de 1971. Materno foi designado Ministro do Governo e Escobar Bethancourt, Reitor da Universidade do Panamá. Deste posto universitário, Escobar estava apto a manipular a Federação dos Estudantes do Panamá (FEP).

Ao mesmo tempo, Torrijos cancelou o contrato com os Corpos de Paz — a primeira nação latino-americana a fazê-lo.

Depois da queda de Salvador Allende no Chile, em 1973, os comunistas adotaram uma nova política na América Latina. Somente no Peru, onde o Partido operava abertamente sob um regime militar de esquerda radical, estiveram os marxistas-leninistas capazes de abrir uma importante cabeça-de-ponte. A lição tática parecia clara: o futuro campo de operações seria a conversão ou subversão das Forças Armadas.

A ascendência de Escobar sobre o General Torrijos aumentou. Os contatos entre o Panamá e Cuba se multiplicaram. Em meados de 1975, Fidel Castro insistia em que a questão neo-colonialista do Canal do Panamá devia ser incluído na agenda da Conferência de Lima e uma comitiva de 200 membros embarcou para uma visita oficial a Havana. Em agosto de 1977, durante uma entrevista coletiva em Bogotá, na reunião de 5 chefes de estado latino-americanos — 25 foram convidados — aos quais o Governo do Panamá solicitou apoio para sua posição no Canal, um repórter perguntou a Torrijos e Escobar se eles eram comunistas. Eles se negaram a responder.

O Presidente Carlos Andrés Perez, da Venezuela, era um dos Chefes de Estado presentes ao encontro em Bogotá. Dois meses antes ele visitara o Presidente Carter em Washington. Ele aconselhou o Presidente acerca de que "a melhor maneira de se reduzir a influência cubana sobre o general Omar Torrijos seria chegar a uma rápida conclusão sobre as negociações do Tratado"

Esse Conselho, apesar de bem intencionado, parece não ter tido o efeito desejado. Em 9 de setembro de 1977, quando retornou ao Panamá, depois de iniciadas as conversações sobre os novos Tratados em Washington, Torrijos transmitiu pelo rádio uma mensagem elogiosa a Castro quando seu avião sobrevoou Cuba. Essa atitude foi reafirmada em entrevista pela TV em Paris. Torrijos enfatizou: "Admiro enormemente Fidel Castro, porque ele transformou a estrutura social de seu país, a despeito dos riscos que isso envolvia".

Dada a orientação política do Governo panamenho, é compreensível que surjam diferenças de interpretação dos recém-iniciados tratados. Os negociadores americanos Ellsworth Bunker e Sol Linowitz asseguraram ao Senado que os EUA manteriam o direito de intervenção e os navios de guerra norte-americanos receberiam imediatas ordens sobre o Canal. Comentários de Escobar Bethancourt ante a Assembléia Nacional Panamenha, em 19 de agosto de 1977, e observações do negociador Carlos López Guevara chamaram a atenção para esses dois itens da questão. Os esforços seguintes para esclarecer direitos de intervenção e de passagem pri-



ritária foram pouco substanciais, como se depreende dos resultados da reunião de 14 de outubro de 1977, em Washington, entre os dois Presidentes.

Desembarcando no Panamá depois do encontro, Torrijos disse: "Nem sequer dei um autógrafo". Claramente, a declaração Carter-Torrijos não tem força de lei internacional nem é um complemento obrigatório aos novos Tratados, como destacaram os especialistas legais da Biblioteca do Congresso dos EUA. Uma declaração firmada definindo os direitos dos EUA pode estar próxima. Durante a visita de uma delegação chefiada pelo líder da maioria do Congresso, Robert C. Byrd, ao Panamá, nos meados de novembro de 1977, Torrijos se ofereceu para assinar tal declaração.

Entretanto, uma vez que isso constituiria, até onde diz respeito aos panamenhos, uma emenda aos novos Tratados, um outro plebiscito teria que ser realizado no Panamá.

O General Torrijos também prometeu um aperfeiçoamento das políticas de direitos humanos e se ofereceu mesmo para renunciar, se tal fato significasse a ratificação do Tratado. O senador Byrd dispensou esta última medida "como um mascaramento de suas intenções".

Retornando a Washington, o senador Byrd assinalou que as chances de aprovação dos novos Tratados eram mínimas. Se forem ratificadas ou rejeitadas, a decisão será irrevogável. Uma vez perdida a soberania norte-americana, o Panamá terá todo o direito de expropriar o Canal, com tratado ou não. Além disso, não há qualquer certeza de que Torrijos, levado por Escobar Bethancourt, não vá se aliar com seu ídolo Fidel Castro. Também não há garantias de que as administrações panamenhas seguintes honrem os acordos. Qualquer dessas eventualidades desencadeará uma intervenção armada por parte dos EUA. Os novos tratados, contudo, estimulam a confrontação e pela sua própria natureza provocam instabilidade econômica e política na América Latina.

Ratificação ou rejeição? A submissão dos tratados ao Senado dos EUA pelo Presidente tem colocado a diplomacia norte-americana num beco sem saída. Todas as iniciativas e opções têm sido aparentemente bloqueadas. Mas não há alternativas?

Há uma relação completa de possibilidades:

1. Anexar o Panamá aos EUA — Atualmente impraticável, devido ao nacionalismo panamenho;
2. Transformar a Zona do Canal no 52º Estado da União — Legalmente possível, mas difícil, na situação atual;
3. Conservar o Tratado de 1903 com as revisões de 1936 e 1955. Legal e estrategicamente legítima. No entanto, a posição dos EUA tem sido seriamente enfraquecida pelas declarações presidenciais desde 1959 e todas destruídas pelos negociadores do Departamento de Estado. Não obstante, é a opção mais forte e favorável aos EUA;

4. Ratificação dos acordos Carter—Torrijos — Uma frágil plataforma para o futuro, que desestabilizaria a América Latina e provavelmente provocará futura intervenção norte-americana no Panamá;

5. Inter-americanização do Canal, sob a direção da Junta Interamericana de Defesa e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tanto os EUA como a América Latina se beneficiariam e seria amenizada a "questão colonialista" desde que a Companhia do Canal do Panamá ainda deve ao Tesouro americano 319 milhões de dólares, os EUA manteriam uma soberania residual até a total amortização da dívida. Esta parece ser a segunda melhor opção para os EUA;

6. Internacionalização do Canal sob as Nações Unidas. Estrategicamente inaceitável, dada a presença da Rússia no Conselho de Segurança, e a preponderância das nações do Terceiro Mundo na Assembléia Geral;

7. Devolução do Canal ao Panamá e imediata retirada dos EUA — Solução arriscada mas, pelo menos, os responsáveis teriam que encarar os resultados da decisão e os-EUA estariam livres para construir outro Canal no Istmo, o que é proibido pelos novos tratados de Carter—Torrijos. Isso iria também economizar o pagamento dos 50 milhões de dólares anuais ao Panamá realizado pelos EUA;

8. Entrega direta do Canal à Rússia, como opção para impedir, em último caso, a destruição do Canal. Os soviéticos teriam provavelmente, na pior das hipóteses, que demonstrar coragem para defender o Canal dos guerrilheiros e terroristas e então, pelo menos, manteriam o caminho marítimo aberto ao tráfego internacional. Naturalmente, sob bases seletivas;

9. Destruir o Canal — comportas, represas e passagens — negando assim sua utilização por qualquer inimigo potencial.

Pelo menos oito outras opções existem, portanto, além das dos tratados Carter—Torrijos.

O Congresso deve decidir.

O Canal do Panamá é um dos principais pontos de estrangulamento marítimo do globo. Desde 1959 a URSS tem se desenvolvido como um grande poder marítimo.

Desafiando os EUA e seus aliados — os povos marítimos da Tese Geopolítica de Mackinder e a Doutrina de Contenção de Kennan — em todos os oceanos do mundo, os soviéticos têm se intrometido nos mares interiores, canais e demais pontos de passagem do globo. Agora, como os EUA se retiram para o interior de sua concha, na "Fortaleza da América", mesmo a comunicação entre as duas costas dos EUA está ameaçada.

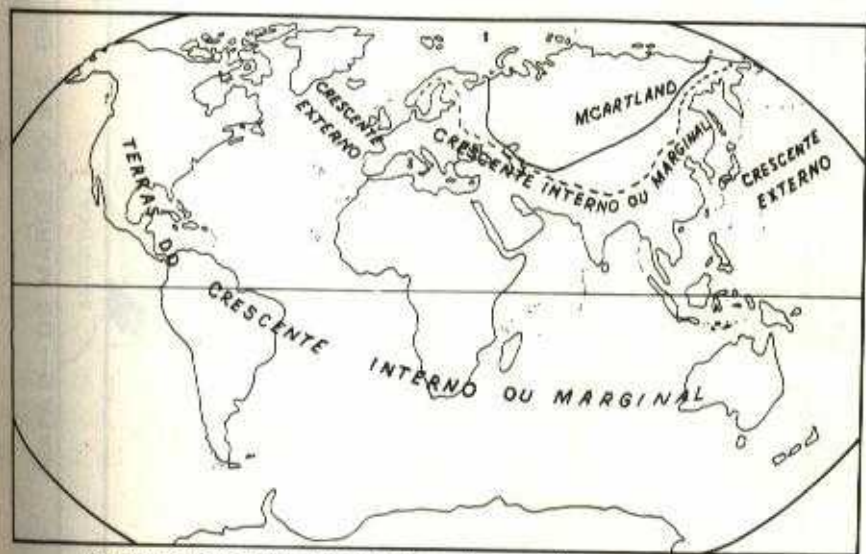
Como lembrou ao Presidente um dos quatro ex-chefes de operações navais:

"Sob o controle de um inimigo potencial, o Canal do Panamá transformaria-se em um óbice crucial, prioritário e demonstraria uma séria debilidade no sistema defensivo dos EUA."



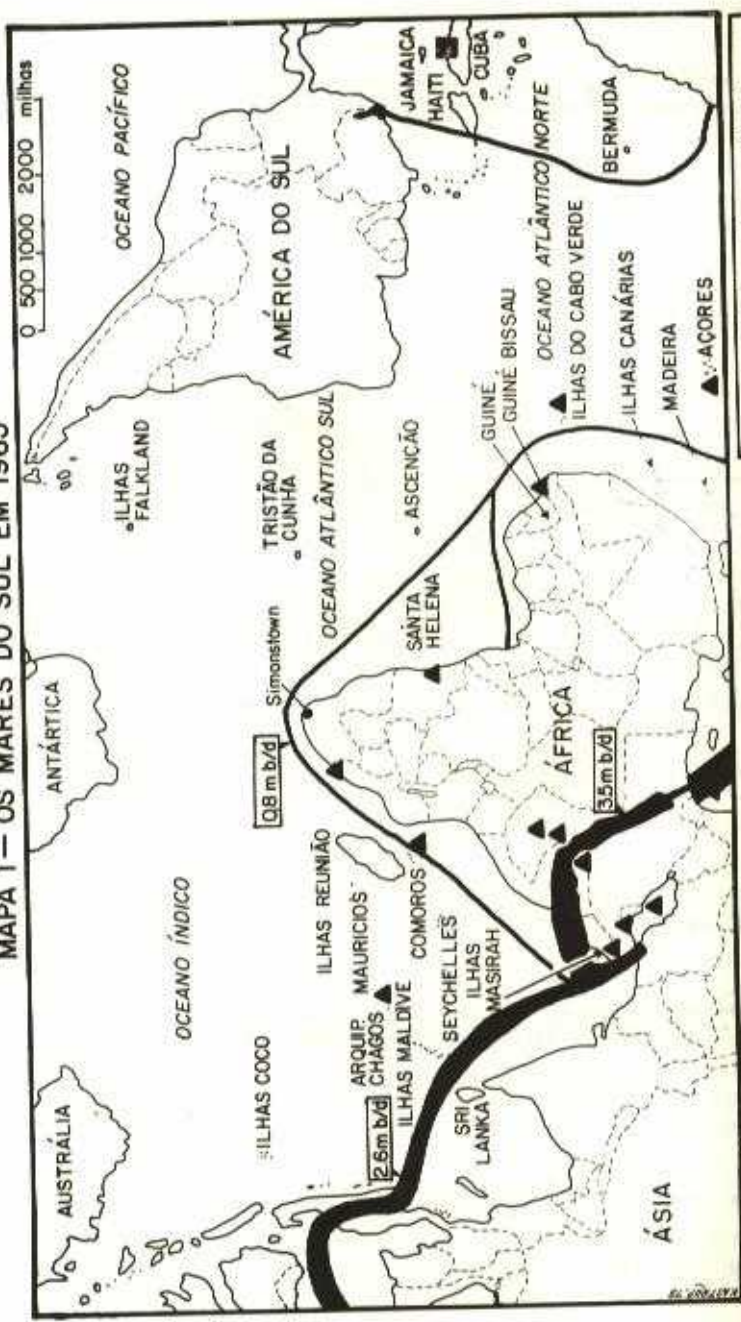
A presença contínua dos EUA deve ser mantida no Canal e na Zona do Canal.

A segurança e o comércio dos EUA, a estabilidade política e o desenvolvimento econômico da América Latina e a fé e o futuro do Mundo Livre dependem dessa decisão.



O "CONTINENTE" de Mackinder e algumas de suas extensões

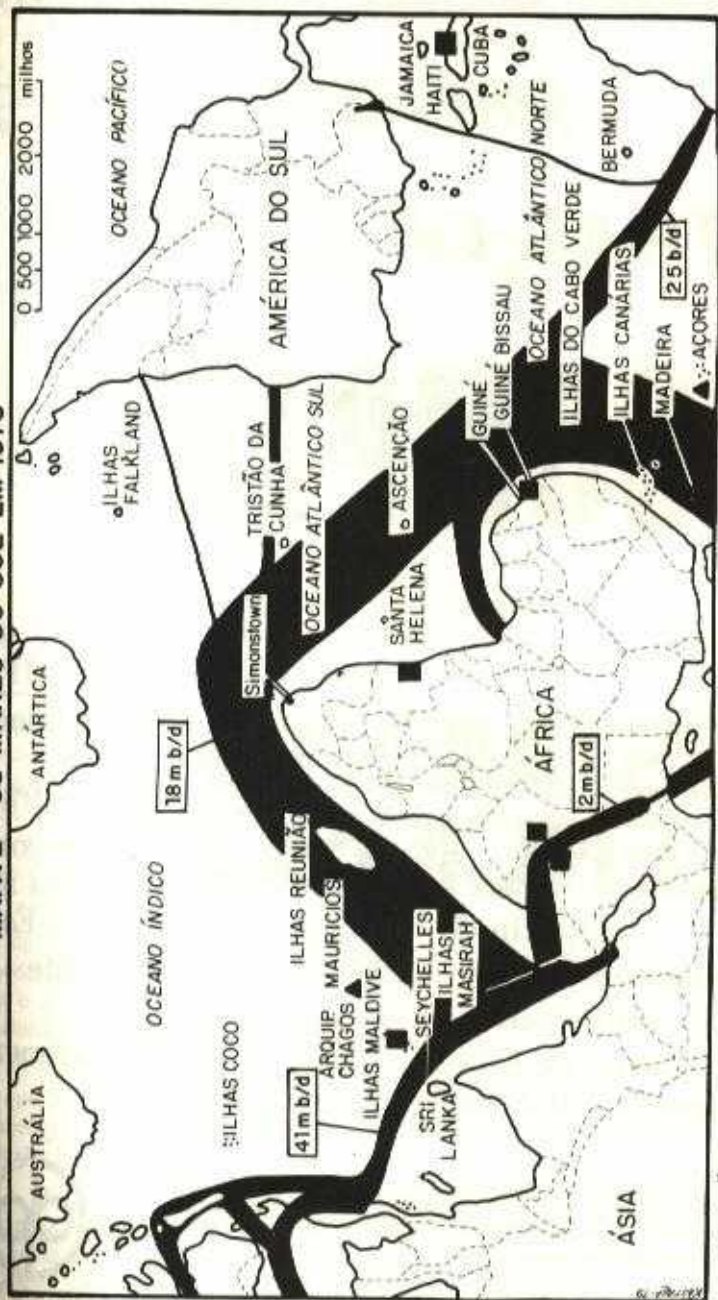
MAPA 1 — OS MARES DO SUL EM 1965



▲ Instalações militares ocidentais  
 ■ " " soviéticas  
 — m b/d milhão de barris de petróleo por dia  
 — m b/d milhões marítimos de tráfego petroleiro



MAPA 2 — OS MARES DO SUL EM 1976



Projeção Equidistante Azimutal centralizada na Cidade do Cabo, África do Sul. Todas as distâncias a partir do centro de projeção estão corretas.